

Demonstrações Financeiras

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

30 de junho de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025.



Índice

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balanço patrimonial.	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025.



Relatório da Administração

A Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Sem Parar SCD”) é uma instituição financeira enquadrada no segmento S5, optante pelo regime prudencial simplificado, no âmbito da Resolução CMN nº 4656/18 e nº 4.606/17. Tem por objeto a realização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

O grupo entendeu que a inclusão de uma entidade financeira poderia trazer maior valor agregado aos seus clientes, pela redução de custo e utilização sistemática de cobrança simplificada.

Em 03 de março de 2022, a Companhia teve sua aprovação junto ao Banco Central do Brasil para iniciar suas operações como Sociedade de Crédito Direto, no entanto, teve sua primeira operação em 01 de abril de 2022.

A Sem Parar SCD segue os padrões definidos pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e pela legislação aplicável às Sociedades Anônimas para divulgação dos seus resultados contábeis. Agradecemos a confiança de todos os nossos clientes e dos nossos colaboradores que não medem esforços para o sucesso da Companhia.

São Paulo, 23 de setembro de 2025.

A Diretoria



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Ausência dos valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Shape the future
with confidence

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Shape the future
with confidence

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de setembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Ativo</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>30/06/2025</u>
Circulante		
Disponibilidade	4	116.081
Instrumentos financeiros Ao custo amortizado		416.377
Operação de crédito	5	351.570
Empréstimos	20	64.807
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(175.984)
Ativos não financeiros		38.424
Imposto a recuperar	7	3.670
Imposto diferido	7	34.754
Outros ativos		99
Total do ativo circulante		394.997
Não circulante		
Intangível		214
Amortização		(119)
Total de não circulante	8	95
Total do ativo		395.092
Passivo e patrimônio líquido		
	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2025</u>
Ao custo amortizado		
Empréstimos	20	22.001
Demais instrumentos financeiros		266
Passivos não financeiros		
Obrigações fiscais correntes	9	17.718
Provisão para contingências	10	765
Total circulante		40.750
Patrimônio líquido		
Capital social	11.b	300.000
Reserva de capital	11.c	15.602
Reserva de lucros	11.e	38.740
Total do patrimônio líquido		354.342
Total do passivo e patrimônio líquido		395.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	<u>30/06/2025</u>
Receitas de intermediação financeira		78.127
Operação de crédito	12.a	73.232
Resultado de operações com títulos e valores imobiliários	12 b	4.895
Despesa de intermediação financeira		(107.464)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(107.464)
Resultado bruto da intermediação financeira		(29.337)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		
Despesa com pessoal	13	(1.982)
Despesa administrativa	14	(2.417)
Despesa tributária	15	(11.656)
Despesa com amortização	8	(22)
Outras receitas operacionais	16	64.183
		48.106
Resultado operacional		18.769
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		18.769
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	17	(25.567)
Diferido	17	28.257
		2.690
Lucro líquido do semestre		21.459
Nº de ações		300.000.000
Lucro líquido por ação - R\$		0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2025</u>
Resultado líquido do semestre	21.459
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do semestre	<u>21.459</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro /(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio
Saldo em 31 de dezembro de 2024		300.000	15.602	3.237	38.788	-	357.627
Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB no.352/23	11.a	-	-	-	-	(24.744)	(24.744)
Saldos em 1° de janeiro de 2025		300.000	15.602	3.237	38.788	(24.744)	332.883
Lucro do período		-	-	-	-	21.459	21.459
Reserva legal		-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros		-	-	-	(3.284)	3.284	-
Saldo em 30 de junho de 2025		300.000	15.602	3.237	35.504	-	354.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	<u>30/06/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do semestre		<u>21.459</u>
Ajustado por		<u>110.307</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	2.690
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		107.464
Provisão para contingências	10	131
Amortização	8	22
Lucro líquido ajustado		<u>131.766</u>
(Aumento)/redução operação de crédito		(123.207)
(Aumento)/redução contas a receber		6.204
(Aumento)/redução em ativos fiscais		(28.917)
(Aumento)/redução outros ativos		12
Aumento/(redução) obrigações fiscais		20.364
Aumento/(redução) demais instrumentos financeiros		(8.962)
Efeito da adoção inicial da Resolução BCB n°.352/23	11.a	(24.744)
Total variação em ativos e passivos		<u>(159.250)</u>
Imposto de renda e contribuição social pago		<u>(16.883)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(44.367)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	160.448
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	116.081
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(44.367)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Sem Parar SCD”) foi constituída em 16 de julho de 2021 e em 03 de março de 2022 obteve a aprovação do Banco Central do Brasil (“BACEN”) para o início das suas operações. A Sem Parar SCD é uma sociedade de capital fechado cujo controle é exercido pela Sem Parar Instituição de Pagamentos Ltda. (“Sem Parar IP”), e sua sede está localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7.221 – Pinheiros – São Paulo.

A Companhia iniciou suas atividades em 1º de abril de 2022.

A Sem Parar SCD é uma instituição financeira “simplificada” no âmbito da Resolução Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 5.177/24, e tem como principal objetivo: a) a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios com utilização de recursos financeiros de origem própria e b) prestação de serviços de análise e cobrança de crédito para terceiros.

O foco de atuação da Sem Parar SCD é a compra de direitos creditórios e recebíveis de transações de pagamento pós-pago da Sem Parar IP, cuja cessão será realizada sem coobrigação e, os títulos de crédito de instrumento vencido não liquidados dentro do prazo, serão caracterizados como empréstimos pessoal.

Em dezembro de 2022, a Sem Parar SCD iniciou empréstimo para os clientes pessoa jurídica da VB Serviços, Comércio e Administração Ltda, uma empresa do grupo Sem Parar IP.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela lei das Sociedade por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observâncias às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil (“BACEN”) instrução normativa BCB 02/2020 (alterações Resolução BCB nº 367/24), CMN nº 4.818/20 e do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando aplicável, e partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Em 23 de novembro de 2023, o BACEN publicou a Resolução BCB nº 352/23, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a qual define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros.

Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN).

A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras, que estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 23 de setembro de 2025 a Diretoria da Sem Parar SCD autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

3. Principais práticas contábeis**a) Disponibilidade**

São representadas por disponibilidade em moeda nacional e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data de encerramento do balanço.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

b) Operação de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com a Resoluções CMN 4.966/21 e BCB 352/23. Esses ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas esperadas de crédito.

A partir de 01 de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966, conforme o artigo 1º, essa Resolução estabelece os conceitos e os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A provisão é realizada utilizando a metodologia simplificada e se enquadra nos critérios estabelecidos para a carteira C5, prevista nas Resoluções CMN 4.966/21 e BCB 352/23.

O processo de cálculo ocorre mensalmente, para fins de contabilização das provisões, avaliando todas as disposições e níveis mínimos de provisão para perdas incorridas e perdas esperadas contidos nas referidas resoluções e acrescido de níveis de provisionamento interno, a fim de garantir compatibilidade com o risco incorrido, correspondendo ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos nos Anexos I e II da Resolução BCB 352/23.

O ativo problemático é caracterizado quando ocorrer o atraso de 90 dias em relação a recuperação de crédito, e o ativo só poderá ser descaracterizado quando houver inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos; pagamento tempestivo de principal e encargos; e cumprimento das demais obrigações contratuais (por período suficiente a 30 dias). A partir de 90 dias de atraso, o reconhecimento de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito é vedada (*stop accrual*).

Abaixo a tabela com os % utilizados para o cálculo das provisões:

Faixa de atraso	Ativo não problemático	Ativo problemático
1 a 14 dias	1,9%	53,4%
15 a 30 dias	39,4%	53,4%
31 a 60 dias	54,7%	54,7%
61 a 90 dias	65,9%	65,9%
91 a 119 dias	74,1%	74,1%
120 a 149 dias	76,0%	76,0%
150 a 179 dias	82,0%	82,0%
180 a 209 dias	87,3%	87,3%
210 a 239 dias	89,1%	89,1%
240 a 269 dias	93,0%	93,0%
270 a 299 dias	95,1%	95,1%
300 a 329 dias	100,0%	100,0%
330 a 359 dias	100,0%	100,0%

3. Principais práticas contábeis--Continuação**b) Operação de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito-Continuação**

As operações com atraso superior a 360 dias serão lançadas a prejuízo e controladas em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A Companhia, em conformidade com a legislação vigente, é optante pelo regime de lucro real para o cálculo e recolhimento do IRPJ e CSLL, com base em sua lucratividade.

A Sem Parar SCD tem como base apurar o lucro sobre do período e, então, aplicar as alíquotas do IRPJ e da CSLL sobre o valor para calcular o imposto devido.

Os impostos diferidos são constituídos sobre as diferenças temporárias, segundo a legislação tributária, sobre ativos recuperáveis em momento posterior ao presente exercício. As alíquotas aplicáveis na constituição dos impostos diferidos são aquelas esperadas no momento de suas realizações.

▪ Cálculo dos Impostos.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são apurados sob o regime do Lucro real, considerando como base o lucro do exercício:

As contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins são apuradas sobre o regime cumulativo, aplicando-se as alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	3%

Foram consideradas as alíquotas de 25% para o IRPJ (15% IRPJ e 10% sobre o adicional) e 9% para a CSLL.

▪ Mudança na Legislação.

Até a presente data, não houve mudanças relevantes na legislação tributária que afetassem o cálculo dos impostos no período em questão.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido--Continuação

▪ Obrigações Fiscais.

Além dos impostos previstos no regime de Lucro Real, a Companhia cumpriu com todas as obrigações fiscais (principais e acessórias) exigidas pelas autoridades, como a escrituração de documentos fiscais e o cumprimento das obrigações acessórias aplicáveis.

d) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

▪ Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixas que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e juros" sobre o principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere à como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

▪ Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando existentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

▪ Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- (ii) A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa avalia a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito (PCLD) de seus ativos financeiros em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e com a Resolução BCB nº 352/23. A mensuração aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, considerando o risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo. Para os ativos sujeitos a risco de crédito, a provisão é constituída com base na análise do risco de inadimplência, observando critérios prudenciais definidos na regulamentação do Bacen. Para a carteira de recebíveis, que não apresenta componente significativo de financiamento, a Empresa aplica a abordagem simplificada prevista na Resolução BCB 352/23, reconhecendo as perdas esperadas de acordo com a avaliação do risco de crédito, de forma prudencial e adequada à supervisão regulatória. Maiores detalhes da mensuração das perdas esperadas de crédito são apresentados na nota explicativa nº 6.

▪ Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

▪ Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação, quando existentes, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando existentes, os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos com partes relacionadas)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos com partes relacionadas sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

▪ Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. Quando existente, a diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

▪ Apresentação líquida dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A vida útil estimada para período corrente é o seguinte:

- **Software** – 5 anos (20% aa.).

O intangível é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas amortizações acumuladas.

f) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia pode ser adversamente afetada, independente do respectivo resultado.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

h) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

i) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de maneira segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2025 não foram registrados resultados não recorrentes.

j) Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Disponibilidade

	<u>30/06/2025</u>
Aplicação em Operações Compromissadas (1)	116.081
Total	<u>116.081</u>

(1) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (entre 92% e 99%) e para as quais não existem penalidades nem outra restrição para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento (vide Nota 12b).

5. Operação de crédito

Em 30 de junho de 2025 as operações de crédito estão representadas conforme descrito abaixo:

a) Composição da carteira por segmento

<u>Setor privado</u>	<u>30/06/2025</u>
Pessoa física	263.509
Pessoa jurídica	88.061
Total	<u>351.570</u>

b) Composição da carteira por vencimento

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2025</u>
a vencer	110.155
vencido até 30 dias	30.771
vencido de 31 a 60 dias	24.619
vencido de 61 a 90 dias	27.682
vencido a mais de 90 dias	158.343
Total	<u>351.570</u>

c) Renegociados

No período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2025, foram recebidos o montante de R\$197.031 referente aos contratos renegociados. Em 30 de junho de 2025 o saldo de contratos renegociados a receber é de R\$5.793.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a) Classificação das operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	30/06/2025	
	Total da Carteira	Provisão
0 - 14 DIAS	131.216	(3.874)
15 - 29 DIAS	9.711	(4.061)
30 - 59 DIAS	24.619	(13.467)
60 - 89 DIAS	24.832	(16.364)
90 - 119 DIAS	26.721	(19.801)
120 - 149 DIAS	24.348	(18.505)
150 - 179 DIAS	24.093	(19.756)
180 - 209 DIAS	19.279	(16.830)
210 - 239 DIAS	17.559	(15.645)
240 - 269 DIAS	14.636	(13.612)
270 - 299 DIAS	9.939	(9.452)
300 - 329 DIAS	14.061	(14.061)
330 - 360 DIAS	10.556	(10.556)
Total	351.570	(175.984)

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2025
Saldo em 31/12/2024	(112.793)
Adoção inicial resolução n°. 4.966	(24.744)
Saldo em 01/01/2025	(137.537)
Constituições	(941.689)
Reversões	903.242
Saldo final	(175.984)
Provisão constituída no período	(38.447)

Na data-base de 30 de junho de 2025, o saldo da provisão era o montante de R\$175.984. A Companhia registrou baixas de créditos considerados irre recuperáveis, no montante de (R\$69.019). O ajuste da adoção inicial da Resolução no. 4.966 no montante de (R\$24.744) teve seu impacto registrado diretamente no patrimônio líquido. A provisão para perda esperadas associadas ao risco de crédito estão constituídas na quantidade considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

7. Ativos fiscais correntes e diferidos

Descrição	30/06/2025
IR s/ aplicação financeira	1.767
IRRF a recuperar	1
IRPJ diferido (i)	25.554
CSLL diferido (i)	9.200
Outros impostos a recuperar (ii)	1.902
Total	38.424

(i) A partir do ano-calendário de 2024, a SCD passou a apurar o IRPJ e a CSLL com base no regime do Lucro Real, o que permitiu o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, principalmente relacionadas à perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. O reconhecimento desses ativos está suportado por estudo de recuperabilidade elaborado conforme a Resolução CMN nº 4.842/2020, com expectativa de realização até o ano-calendário de 2028. Em 30 de junho de 2025 os saldos dos ativos fiscais diferidos são de R\$ 25.554 para IRPJ e R\$ 9.199 para CSLL.

(ii) O saldo de R\$ 1.902 apresentado na linha de "Outros tributos a recuperar" refere-se à atualização monetária de valores relacionados a saldos negativos de tributos, bem como a pagamentos efetuados a maior nos exercícios de 2023 e 2024.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

a) Composição do intangível

30/06/2025				
	Amortização em %	Custo Total	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	5	214	(119)	95
Total		214	(119)	95

b) Movimentação do custo

	31/12/2024	30/06/2025		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Softwares	214	-	-	214
Total	214	-	-	214

c) Movimentação da amortização

	31/12/2024	30/06/2025		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Softwares	(97)	(22)	-	(119)
Total	(97)	(22)	-	(119)

9. Obrigações fiscais correntes

	30/06/2025
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.683
Pis e Cofins	1.702
Impostos retidos	333
Total	17.718

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso de suas operações, envolvendo aspectos cíveis.

	<u>30/06/2025</u>
Cível	765
Total	<u>765</u>
	<u>Movimentação</u>
	<u>634</u>
31/12/2024	634
Movimentação	131
30/06/2025	<u>765</u>

Em 30 de junho de 2025, existem processos, avaliados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. O valor estimado para as causas cíveis é de R\$17.535.

11. Patrimônio líquido

a) Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº.352/23

Em virtude da adoção da nova Resolução BCB nº 352/23, a Companhia refletiu os efeitos da adoção diretamente em seu patrimônio líquido, reduzindo o montante de R\$24.744 referente a provisão de perdas prováveis de 2024.

b) Capital Social

Em 30 de junho de 2025, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$300.000 e está representado por 300.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

c) Reserva de capital

Em 30 de junho de 2025, havia o montante de R\$15.602 decorrente do excedente dos investimentos realizados por meio da aquisição de títulos para a integralização do capital, conforme determinado na assembleia geral de constituição da Companhia.

d) Reserva legal

O cálculo da reserva legal é realizado no mês de dezembro conforme definido no Estatuto.

e) Lucros acumulados

O saldo de lucros acumulado é de R\$38.740 em 30 de junho de 2025, sendo R\$3.237 como Reserva legal e R\$35.504 como Retenção de lucros.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Receita da intermediação financeira

a) Operação de crédito

Setor privado	30/06/2025
Operação de crédito – empréstimo	73.232
Total	73.232

As operações de crédito são empréstimos adquiridos por meio de cessão de crédito formalizado entre a companhias Sem Parar SCD e Sem Parar Instituição de Pagamentos Ltda. A Sem Parar Instituição de Pagamentos Ltda comercializa serviços de emissão de instrumentos de pagamento pós-pago (tag), que geram os recebíveis que são repassados para a Sem Parar SCD.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2025
Receita financeira	
Rendimento de aplicação financeira	6.164
PIS/COFINS sobre receita financeira	(375)
Total da receita financeira	5.789
Despesa financeira	
Desconto concedido	(870)
Outras despesas	(24)
Total da despesa financeira	(894)
Total líquido	4.895

As receitas decorrentes de aplicação financeira de compromissadas em certificados de depósito bancário são apresentadas nas demonstrações financeiras com rendimentos médio anual entre 92% e 99% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”).

13. Despesa com Pessoal

	30/06/2025
Salário e proventos	(1.326)
Encargos Sociais	(408)
Benefícios	(248)
Total	(1.982)

14. Despesa administrativa

	30/06/2025
Processamento de dados	(1.296)
Serviços técnicos	(945)
Contingências Cível	(131)
Aluguel	(27)
Outras	(18)
Total	(2.417)

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesa tributária

	<u>30/06/2025</u>
COFINS	(9.577)
PIS	(2.079)
Total	<u>(11.656)</u>

16. Outras rendas operacionais

	<u>30/06/2025</u>
Taxa de reprocessamento (*)	43.371
Multa (*)	11.405
Outras rendas	9.407
Total	<u>64.183</u>

(*) A taxa de reprocessamento e multa é referente a cobranças decorrentes do atraso no pagamento das operações de crédito, conforme previsto nos termos e condições aceitos pelo cliente.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Taxa Efetiva – Lucro real

	<u>30/06/2025</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.771
Alíquota efetiva	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>6.382</u>
Outras diferenças permanentes líquidas	(3.692)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	<u>2.690</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	28.257
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado	(25.567)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>2.690</u>

18. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Companhia não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e tampouco exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

19. Gestão de risco e instrumentos financeiros

A atividade da Companhia está exposta aos seguintes riscos: risco de mercado, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez, gerenciamento de capital e conformidade.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado como aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

A Companhia está suscetível a variação decorrente das operações de aplicações financeiras resultante da movimentação das taxas de juros contratadas. A Sem Parar SCD aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Sem Parar SCD é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

O cumprimento das normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Diretoria da unidade de negócios relacionada.

19. Gestão de risco e instrumentos financeiros--Continuação**Risco de crédito**

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A Companhia aplicará seus recursos preponderantemente em direitos creditórios elegíveis, dependerá da originação pelas instituições financeiras conveniadas, bem como da solvência dos devedores para distribuição de rendimentos aos acionistas. A originação de direitos creditórios elegíveis bem como a solvência dos devedores, podem ser afetadas por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico e/ou impactos em sua originação, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos direitos creditórios elegíveis e/ou impactos em sua originação, afetando negativamente os resultados da Companhia e/ou provocando perdas patrimoniais.

Gerenciamento de capital

A Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela. A Companhia mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia são registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais, em 30 de junho de 2025, se aproximaram dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para as aplicações financeiras. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando por meio das curvas de mercado obtidas por meio do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 30 de junho de 2025:

Índice	Risco – 30/06/2025	%	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Base
				Estresse 25%	Estresse 50%	
Ativo – CDI	Decréscimo do índice	6,42	7.452	5.589	3.726	116.081

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos

Partes Relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em bases contratuais entre a Companhia e com empresas do mesmo grupo econômico.

A Companhia tem um contas a receber dos títulos liquidados referentes a carteira adquirida. A Sem Parar Instituição de Pagamentos Ltda. é a mandatária de cobrança e arrecadação dos títulos cedidos e, ao receberem do cliente, é repassado para Sem Parar SCD.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as transações com a Sem Parar IP, VB - Serviços, comércio e ADM Ltda e CTF Technologies do Brasil Ltda.:

Balanco Patrimonial

	<u>30/06/2025</u>
<u>Ativo Circulante</u>	
Contas e títulos a receber	<u>64.807</u>
Sem Parar IP (i)	16.073
VB - Serviços, comércio e ADM Ltda. (ii)	28.184
CTF Technologies do Brasil Ltda. (iii)	<u>20.550</u>
<u>Passivo Circulante</u>	
Valores a pagar operação de crédito	<u>22.001</u>
Sem Parar IP (iv)	21.996
Service sharing (v)	
Sem Parar IP	5

- (i) Refere-se aos valores a receber das operações de crédito liquidadas;
- (ii) Refere-se aos valores a receber de operações de crédito com a VB - Serviços, comércio e ADM Ltda;
- (iii) Refere-se a empréstimo a receber com a CTF Technologies do Brasil Ltda;
- (iv) Valores a pagar referentes ao repasse das operações de crédito cedidas pela Sem Parar Instituição de Pagamentos Ltda;
- (v) Valores referentes a repasse de aluguel e folha de pagamento.

Demonstração do Resultado

	<u>30/06/2025</u>
Despesa de aluguel	(27)
Despesa com pessoal (i)	<u>(1.982)</u>
	<u>(2.009)</u>

- (i) Refere a despesa com pessoal correspondente ao rateio de compartilhamento de custo direto.

21. Limite operacional

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), compatível com os riscos de suas atividades.

A Sem Parar SCD está enquadrada no segmento S5, optante pelo regime prudencial simplificado, e adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/17.

22. Eventos subsequentes

Em 14 de agosto de 2025 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária i) o aumento de capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros, sem emissão de novas ações no montante de R\$38.000, passando de R\$300.000 para R\$338.000, subscrito pelos acionistas na proporção de sua participação na Companhia e integralizado; ii) em decorrência do referido aumento de capital social, alterar o caput do artigo 5º. do estatuto social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$338.000 dividido em 300.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal”.